

Juros reais altos ainda atraem investidores para a renda fixa

Silvia Rosa

SÃO PAULO

Com a obtenção do grau de investimento e aumento do diferencial de juros entre o Brasil e os Estados Unidos, as apostas em títulos de renda fixa devem liderar os investimentos estrangeiros no curto prazo. As aplicações externas nesses papéis dispararam em março e somaram US\$ 4,065 bilhões, volume 40,85% superior que o registrado em fevereiro e 7,5% mais alto que o alcançado em março do ano passado, segundo o Banco Central.

Segundo o diretor de investi-

mentos do Safidíé Private Banking, Otávio Vieira, a partir do momento que um país recebe a nota de grau de investimento de no mínimo duas agências reconhecidas de classificação de risco, seus títulos de dívida soberana passam a integrar os principais *benchmarks* do mercado externo em renda fixa, utilizados como referência para a carteira dos grandes fundos de investimento, como o índice de bônus de países com grau de investimento do Lehman Brothers, Global Aggregate Bond Index, e o World Government Bond Index (WGBI) do Citigroup, que inclui os papéis mais líquidos do mercado de

bônus, que são pelo menos *investment grade*. Além disso, a medida deve beneficiar também os bônus de dívida de empresas brasileiras.

— Muitos gestores de fundos patrimoniais e companhias de seguros passarão a fazer alocações em títulos brasileiros, visto que poderão avaliar sua performance em relação a esses índices — afirma.

Juros

Com perspectiva de aumento da Selic, hoje em 11,75%, em contraposição ao cenário de queda de juros americanos para 2%, os investidores estrangeiros tendem a

migrar para os títulos públicos brasileiros. Ele destaca que a grande procura deve ser por títulos de vencimento de longo prazo, de 2012 para cima.

O Brasil já estava no topo da lista de opções de investimentos de fundos de private equity. Com a classificação de grau de investimento, o recorde de participação desses fundos previsto para este ano passou de expectativa para realidade. A participação representou 15% nas fusões e aquisições em 2007. Em 2006, foi de 10%. Os números foram captados pela empresa de consultoria PWC (PriceWaterhouseCoopers).